

**DISCURSO DO ALMIRANTE CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA
ARMADA POR OCASIÃO DO DIA DA POLÍCIA MARÍTIMA E DA
DIREÇÃO GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA**

Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Portimão;

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional;

Senhor Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima;

Senhor Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana;

Senhor Diretor Nacional da Polícia Judiciária;

Senhor Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar;

Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;

Senhores Almirantes;

Senhor Chefe do Departamento Marítimo do Sul e Comandante Regional da Polícia Marítima;

Senhor Capitão do Porto de Portimão e Comandante Local da Polícia Marítima;

Demais Responsáveis ou Representantes de Forças e Serviços Segurança e entidades do Estado;

Militares, militarizados da Marinha, Polícia Marítima, Tripulantes de Embarcações Salva-vidas e civis da Marinha, do Instituto de Socorros a Náufragos e Faroleiros;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Felicito, nesta data especial, a Polícia Marítima e a Direção-Geral da Autoridade Marítima e respetivos órgãos, e cumprimento a Senhora

Presidente da Câmara Municipal de Portimão e, através da senhora presidente, os órgãos autárquicos e a população, que tanto tem apoiado e participado nestas celebrações.

Cumprimento o Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional agradecendo a atenção especial que vem dando aos assuntos específicos da Autoridade Marítima, confirmada com a presença nesta cerimónia que se dignou presidir.

Saúdo também os Militares, Militarizados e Civis aqui formados, em representação dos seus organismos. Bem-hajam pelo vosso brio e aprumo.

É com um grande gosto que participo nesta cerimónia da Direção-Geral da Autoridade Marítima e da Polícia Marítima, na cidade de Portimão, partilhando com os Portimonenses a celebração e o aprofundar do conhecimento destas entidades, fundamentais numa cidade-porto e cidade-praia, para garantir a segurança e a regulação das atividades marítimas.

Portimão acolhe um importante Ponto de Apoio Naval que tem sido sede de uma operação muito relevante para o nosso país. Refiro-me à Operação Porta Fechada, em que navios da Marinha e embarcações de alta velocidade da Marinha e da Polícia Marítima, têm trabalhado juntos, com o apoio da Força Aérea Portuguesa e da Polícia Judiciária, combatendo o tráfico de estupefacientes com um sucesso assinalável, demonstrando que a opção por este modelo de atuação eficiente e eficaz é a que melhor serve os portugueses.

Senhor Almirante DGAM e CGPM, as palavras que acaba de proferir relatam um percurso de 22 meses que temos trilhado juntos e

refletem excelentes resultados, baseados no aprofundar a Marinha Holística, em que um vasto conjunto de estruturas apoiam a Armada e a AMN, exercendo as ações militares e não militares necessárias para, em conjunto, “Proteger e promover os interesses de Portugal no e através do mar”.

O mar é um meio contínuo que liga continentes e regiões distantes, onde operam todo o tipo de atores, estatais e não estatais, com todo o tipo de atividades, lícitas e ilícitas. Pensar no mar como uma fronteira terrestre é um erro, pois não existem delimitações físicas nem as convenções internacionais que dão corpo à Lei do Mar estabelecem os mesmos conceitos.

Pelo mar circulam mercadorias, dados e pessoas, exercem-se diversos tipos de atividade económica e será num futuro muito próximo um relevante ativo de energias limpas. No entanto, importa lembrar que no confronto bipolar entre Democracias e Autocracias que se desenha no horizonte, o mar será uma via de pressão política e militar, encurtando distâncias ao que nos parece ainda longínquo, de forma mais direta, ou indireta pelo que agora se designa de guerra híbrida.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Mar Português é demasiado importante para Portugal e exige a capacidade para o reclamar, para garantir a presença, vigilância, segurança e o ordenamento jurídico correspondente. Mas para que este mar seja nosso, as convenções internacionais exigem que prestemos alguns serviços. São estes: o salvamento marítimo; o socorro e assistência à navegação - como o assinalamento marítimo, a cartografia náutica, os aviso aos navegantes, as radio estações de escuta dos pedidos de socorro, assim como a proteção e

preservação do meio marinho; a proteção e salvaguarda de pessoas e bens, entre outros.

Há centenas de anos que a Marinha vem operando meios de duplo uso que são utilizados para a Defesa e para o Exercício da Autoridade do Estado no Mar, evitando com esse modelo marinhas pequenas e especializadas, sem dimensão crítica e ineficientes.

No que respeita à Polícia Marítima, os resultados enumerados pelo CGPM podem parecer desproporcionados para uma força com apenas 506 elementos cobrindo uma área tão vasta e ainda apoiando países e organizações amigas. São, na verdade, bastante desproporcionados, porque os agentes da PM estão apoiados por militares, militarizados e civis da Marinha e da Autoridade Marítima, que os libertam para o desempenho quase exclusivo de ações de polícia – o que fazem com total eficiência e eficácia.

Acresce que a PM, enquanto órgão local de fiscalização, investigação e repressão de ilícitos, ligado aos poderes do Capitão do Porto, consubstancia uma atuação abrangente e integrada de grande parte das funções atribuídas e exigidas pelas Convenções Internacionais aos Estados, no papel de Autoridade de Estado Costeiro, de Porto e de Bandeira, o que valida o virtuosismo deste sistema.

A racionalidade absoluta deste sistema assenta numa vastidão de atividades do dia-a-dia da instituição Marinha. São professores e formadores comuns, são sistemas de comunicação e tecnologias de informação comuns, oficinas e engenharia de apoio, logística de abastecimento, conhecimento situacional marítimo, tudo comum e a trabalhar ombro a ombro, aproveitando a escala e as especificidades de cada um para ganho do conjunto.

Senhor SEDN

O Modelo do Duplo Uso, que se insere num modelo mais abrangente da Marinha Holística, apesar de secular, tem sofrido crises de afirmação e de identidade, induzidos por atores internos e externos: alguns defendem a separação por considerarem que a Autoridade Marítima suga os já poucos recursos da Marinha, outros porque veem na sua separação uma oportunidade de satisfazer interesses corporativos, ou particulares, outros, ainda, confundem a aplicação dos princípios enformadores do Direito Interno, a uma área em que a fonte de direito são convenções internacionais e a respetiva ratificação pelos países signatários, área essa que insisto recordar é desabitada e não tem fronteiras físicas. Na nossa opinião há que evitar criar modelos pouco eficazes e eficientes, dividindo responsabilidades de atuação no mar por entidades que o fazem com estruturas com pés de barro.

Como marinheiro, considero que todos somos poucos para o mar português. Mas como responsável da instituição que mais vive o mar português e os seus problemas, considero que o modelo de uma Marinha pós-moderna, que inclui a Armada e a Autoridade Marítima Nacional, é o modelo mais adequado a um país de recursos limitados face à dimensão e oportunidades/desafios que a enorme extensão das águas sob soberania ou jurisdição nacional acarretam.

Neste sentido, por forma a clarificar e aplicar sem tibiezas o modelo que defendemos, saudamos a intenção patente no Programa do Governo e na Proposta de Orçamento de 2024 para “Concluir a consolidação do enquadramento e reforçar as estruturas da Autoridade Marítima Nacional no ordenamento jurídico nacional.” E

iremos apresentar em novembro as nossas propostas de legislação mencionadas pelo senhor almirante DGAM e CGPM.

Parece-nos importante e urgente visitar as Leis orgânicas da AMN, da Polícia Marítima e dos Estatutos desta.

Num mundo em mudança acelerada, com ameaças híbridas mais frequentes, mais organizadas e capazes, estas não serão certamente resolvidas por quem tem visões seletivas e muito setoriais do mar, sejam militares, administrativas ou securitárias.

A mudança exige perceber para onde se quer ir e ter coragem para fazer esse percurso antecipando problemas. O risco de nos deixarmos adormecer num contexto internacional em ebulição poderá afetar fortemente a capacidade de atuação, enquanto Estado, no mar.

Há, no entanto, um risco de mudarmos para pior se nos deixarmos capturar por pequenos interesses e não se ter a vontade suficiente de construir sistemas mais robustos, mais eficazes e eficientes, congregando os poucos recursos de um Estado quase exíguo para o maior desafio que enfrenta na atualidade, apropriar-se do seu maior ativo estratégico, diferenciador no contexto Ibérico e Europeu, garante da sua autonomia geoestratégica que é o mar, contra a cobiça de inimigos e amigos.

Dito isto, quero terminar referindo as pessoas, pois estas são a verdadeira seiva das organizações.

Os nossos militares, militarizados, polícias e civis que servem na Armada, na AMN e na Polícia Marítima são verdadeiros heróis anónimos.

Servem com total disponibilidade, espírito de sacrifício, coragem e sentido do dever e da honra. Sem eles a instituição não funciona, tornando-se num corpo amorfo e incapaz.

É por isso que apelo que se encontrem soluções que recompensem estes sacrifícios e esta postura, soluções necessariamente enquadradas no país que somos, mas que diferenciem o que é diferenciador.

Nós exigimos destas mulheres e homens tudo o que é necessário para se cumprirem as missões, muitas vezes fora das condições ideais, com risco e num ambiente agreste que é o mar, é totalmente justo garantir-lhes as retribuições adequadas.

Termino, exortando-vos a cumprirem o nosso ethos e a nunca se esquecerem o que a nossa história exige de nós e que é nosso dever honrar a Pátria, todos os dias, através da nossa disponibilidade, competência e honestidade.